



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

TRABALHO IMPRODUTIVO: LIMITES ESTRUTURAIS E SUA POSITIVIDADE À REPRODUÇÃO DO CAPITAL

MANUELLA ARAGÃO PINHEIRO¹

Resumo: Neste artigo tem-se o propósito de abordar as configurações assumidas historicamente pelo trabalho improdutivo no desenvolvimento capitalista, evidenciando que a expansão de atividades improdutivas dentro e fora do espaço fabril responde a determinações do processo de reprodução do capital. Destaca-se que quanto mais aprofundada a dissociação entre o trabalho manual e o intelectual, mais se amplia/expande as atividades de natureza improdutiva. Apreende-se que o trabalho improdutivo surge do caráter explorador peculiar à produção capitalista e da necessidade de um controle que garanta essa exploração. A função de controle realizada pelo trabalhador improdutivo esta imbricada às determinações mais internas do capitalismo.

Palavras-chave: trabalho produtivo; trabalho improdutivo; controle; capitalismo.

Abstract: The purpose of this article is to address the historically assumed configurations of unproductive labor in capitalist development, showing that the expansion of unproductive activities inside and outside the manufacturing space responds to determinations of the process of capital reproduction. It should be noted that the deeper the dissociation between manual and intellectual work, the more it enlarges / expands activities of an unproductive nature. It is understood that unproductive labor arises from the exploitative character peculiar to capitalist production and from the need for a control that guarantees this exploitation. The control function performed by the unproductive worker is imbricated to the most internal determinations of capitalism.

Keywords: productive work; unproductive work; control; capitalism.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo, explicitando a gênese e a expansão das atividades improdutivas dentro e fora do espaço fabril, e como contribuem, funcionalmente, para a dinâmica socio-reprodutiva do capital.

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <manuella.pinheiro@proest.ufal.br>

O trabalho como categoria central no processo de autoconstrução do gênero humano é condição ineliminável de existência de toda formação social. E, sob o domínio do capital, esse trabalho é subsumido ao trabalho abstrato. Com referência em Marx, entende-se que o trabalho abstrato materializa-se em trabalho produtivo, aquele cuja função precípua é a produção de mais-valia; e trabalho improdutivo, que não produz-valia. Procura-se, neste texto, demonstrar que o trabalho improdutivo surge do caráter explorador peculiar à produção capitalista e da necessidade da função controle que garanta essa exploração, num contexto marcado, pela oposição, “como inimigos” (MARX, 1985), entre trabalho manual e intelectual. Essa função controle é transferida a um grupo de trabalhadores, denominados improdutivos, tão logo a produção torna-se capitalista. Constata-se o limite estrutural do trabalho improdutivo cuja função, determinada pelo processo produtivo, será a de controlar o trabalho manual, assumindo diferentes expressões ao longo do desenvolvimento capitalista. Pois, como a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia, o trabalho improdutivo existe somente numa determinação reflexiva com o trabalho produtivo.

Assim, trata-se de um tema complexo e marcado por polêmicas entre os próprios marxistas, que tem aqui tão somente alguns elementos para o debate. E para o Serviço Social, em particular, adquire relevância, pelas análises que vem produzindo acerca das alterações nas condições de trabalho e reprodução dos trabalhadores, decorrentes do agravamento da crise estrutural capitalista. Compreender os fundamentos do trabalho, abordado neste artigo, contribuirá para entender o mundo atual e sua forma destrutiva de reprodução social.

2. Considerações necessárias sobre trabalho abstrato – produtivo e improdutivo

A produção capitalista é especialmente produção de mais-valia. Sob essa lógica, não é a produção de valores de uso que interessa, mas os lucros

que essa produção pode originar. Para a reprodução do capital, apenas o valor de uso da mercadoria não é o suficiente, por isso a necessidade de produzir valor de troca. Isso “[...] significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até jamais ser usada, no outro extremo, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva” (MÉSZÁROS, 2011, p.17). Além disso, no capitalismo contemporâneo há um “[...] aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de autorreprodução” (MÉSZÁROS, 2011, p.18).

São por essas condições próprias do capitalismo, que o trabalho concreto, produtor de valor de uso, categoria fundante do ser social é subsumido ao trabalho abstrato, cuja finalidade imediata é a produção de mais-valia. Enquanto o trabalho concreto objetiva a transformação da natureza em objetos necessários à reprodução da sociedade, e como tal possui um caráter universal, presente em qualquer forma de sociabilidade, o trabalho abstrato visa a formação de valores de troca, a reprodução do capital.

Portanto, o trabalho abstrato corresponde ao imperativo do capitalismo de transformar a força de trabalho numa mercadoria e o trabalhador num assalariado, pago para produzir mercadorias. Essa condição obriga o trabalhador a realizar uma atividade que ele não tem domínio, cujo intuito é a potencialização da sua própria exploração, visto que fornece um valor adicional ao capitalista que comprou sua força de trabalho. Sob essa lógica burguesa, o trabalho abstrato se materializa em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ou seja, ambos são particularizações/expressões do trabalho abstrato. A reprodução do capital demanda, desse modo, a existência de um trabalhador que produz mais-valia e de outro que não produz, à medida que ambos são imprescindíveis a consumação da mais-valia e a organização da reprodução social. É a partir da mais-valia, finalidade última da produção capitalista, que se constitui o trabalho produtivo e o improdutivo.

As categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo são apresentadas por Marx, considerando o modo de produção capitalista. Elegemos os argumentos do autor com referência em duas obras fundamentais: o chamado “Capítulo VI Inédito” de “O Capital”, nas páginas dedicadas a essas categorias. E em “O Capital” livro I, nos capítulos V e XIV, nos quais Marx trata do trabalho produtivo considerando o trabalho concreto, aquele que atende a eterna necessidade da humanidade de converter a natureza em bens indispensáveis à reprodução social, como também o trabalho produtivo, sob o capital, àquele que necessariamente produz mais-valia.

No Capítulo VI (Inédito)² de O Capital, Marx, no item “Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo”, discute a constituição de ambos na produção capitalista. Marx (1969) inicia dizendo que a produção da mais-valia é a finalidade da produção capitalista, e que só é produtivo o trabalho “consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital”. É trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produz mais-valia.

Essa afirmação refere-se à particularidade do processo de trabalho na produção capitalista - o trabalho abstrato – que se diferencia inteiramente do processo de trabalho em geral, útil concreto, cujo trabalho produtivo é aquele que se realiza num produto. As determinações mais gerais do processo de trabalho não são anuladas na produção capitalista, pois, conforme destaca Marx (1969) o trabalho produtivo continua a se materializar em mercadorias portadoras de valor de uso e de troca. Enquanto valor de uso as mercadorias são produtos do trabalho útil concreto e atendem as necessidades do homem; como valor de troca respondem ao processo de valorização do capital, produzindo mais-valia.

² Analisa-se primeiramente o texto que compõe o segmento dos manuscritos de 1863-1865, que estruturado como capítulo VI de O Capital foi, pelo próprio Marx, excluído da edição de 1867, sendo publicado apenas em 1933, nomeado de “Capítulo VI (Inédito)”, pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou.

Somente por intermédio do trabalho produtivo se gera mais-valia, produto específico do processo capitalista de produção e, por isso sua determinação não está relacionada com a utilidade do produto, com o valor de uso ou com o seu conteúdo. “O processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 1969, p. 115). Na produção capitalista, o processo de trabalho torna-se apenas um meio de valorização do capital.

A partir dessa exposição inicial, Marx atenta para duas importantes conclusões. A primeira conclusão é que a partir da produção capitalista, com a subsunção real do trabalho ao capital que:

[...] não é o operário individual que se converte no *agente (Funktionar. Al.) real* do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager. Ing.*), engenheiro (*engineer. Ing.*), técnico etc., aquele como capataz (*overlooker. Ing.*), aqueloutro como operário manual ou até como simples servente – temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente exploradas pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção (MARX, 1969, p.110, grifo do autor).

Como a atividade combinada do trabalhador coletivo³ realiza-se num produto total, é indiferente a função de cada trabalhador tomado individualmente, ou seja, se essa função se encontra mais próxima ou distante do trabalho manual. “[...] a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu *consumo direto pelo capital*, ou por outra, o processo de autovalorização

³ “Vale lembrar que, se é função social do trabalhador coletivo enquanto totalidade o trabalho que converte a natureza nos valores de uso, o inverso não é necessariamente verdadeiro. Pois nem toda transformação da natureza em valores de uso é organizada sob a forma de cooperação que marca o trabalhador coletivo, como ocorre com frequência entre os camponeses ou com os artesãos. Ainda que estes setores tendam a perder sua importância com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, ainda assim não há uma absoluta identidade entre trabalhador coletivo e transformação da natureza” (LESSA, 2011, p. 151).

do capital, a produção direta de mais-valia [...]” (MARX, 1969, p.110, grifo do autor).

A segunda conclusão de Marx (1969) é que no processo produtivo de trabalho, a condição de ser trabalhador assalariado não determina a condição de ser um trabalhador produtivo, pois, todo o trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo. O trabalhador produtivo além de assalariado cumpre a função social de produzir mais-valia. Para Marx, quando se compra o trabalho com a finalidade específica de consumi-lo como serviço, pelo seu valor de uso, “[...] não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo (...)”. Nessa condição, o trabalhador assalariado não é um trabalhador produtivo, na medida em que seu trabalho não gera valor de troca, e é consumido tão somente pelo seu valor de uso, “é consumido *improdutivamente*”. Assim, Marx chega à categorização de trabalho improdutivo, cujo “[...] consumo desse trabalho não equivale a D-M-D’, mas a M-D-M (a última é o *trabalho*, ou por outra o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital” (MARX, 1969, p. 111, grifo do autor).

3. Configuração do trabalho improdutivo no capitalismo

Como a produção capitalista é marcada pela absolutização da forma de trabalho assalariado e da produção de mercadorias, ao longo do seu desenvolvimento diversas atividades e funções antes consideradas como fins em si mesmas, por isso, não remuneradas ou apenas de forma indireta (como médicos e advogados), por um lado são convertidas em atividades remuneradas e seus executores em trabalhadores assalariados. Isso significa que: “[...] por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu *pagamento*, por outro lado, caem – a sua avaliação, o *preço* dessas diversas atividades, desde

a prostituta ao rei – *sob a alçada das leis que regulam o preço do trabalho assalariado*” (MARX, 1969, p. 112, grifo do autor).

A transformação dos serviços em trabalhos assalariados e, por conseguinte dos seus executores em trabalhadores assalariados é própria do desenvolvimento da produção capitalista, equiparando-os, nessa característica, aos trabalhadores produtivos. Marx argumenta que essa condição de assalariamento em comum traz uma série de confusões e equívocos, servindo como pretexto para alguns apologistas “[...] converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca os seus *serviços* (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por *dinheiro*” (MARX, 1969, p. 112, grifo do autor). No caso dos serviços, esses representam o valor de uso particular do trabalho, entrando nos custos de consumo das mercadorias. “Nesta *compra de serviços* não está de maneira nenhuma contida a relação entre o trabalho e o capital - ou se acha inteiramente desfigurada, ou não existe mesmo [...]” (MARX, 1969, p. 118 e 119, grifo do autor).

Assim, temos que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo e Marx (1969) utiliza os clássicos exemplos da cantora e do mestre-escola para esclarecer a questão: “uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante”. E quando essa mesma cantora é contratada por um capitalista cujo intuito é ganhar dinheiro “é uma trabalhadora produtiva, pois *produz* diretamente capital”. Da mesma forma, que um mestre-escola que ensina outras pessoas é improdutivo. “Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento (*Knowlegde mongering institution*. Ing) é um trabalhador produtivo” (MARX, 1969, p. 115, grifo do autor).

Em *O Capital*, para analisar a subsunção do trabalho ao trabalho abstrato, Marx (1985) aponta que é preciso ir além da apreensão da categoria trabalho em sentido universal, pois considerando apenas o processo simples de trabalho, bastava ao trabalhador ser capaz de produzir um produto, valor de

uso, que atendesse as necessidades humanas, para ser trabalhador produtivo. Para a produção capitalista, isso não é suficiente. A produção de valor de uso continua necessária, mas o que é determinante e preponderante é a produção de valor de troca. Nesse sentido, ser trabalhador produtivo é aquele que produz mais-valia para o capital. Portanto, [...] o conceito de trabalho produtivo se estreita (MARX, 1985, p. 105). O que antes estava relacionada a uma atividade e seu produto útil, hoje isso implica exclusivamente produção de mais-valia e o trabalhador produtivo será ao máximo explorado em função dessa produção. Dessa forma, Marx (1985, p. 106) afirma: “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar”.

Para isso ter se tornado possível foi necessário a consolidação da divisão social do trabalho que culminou com a separação e oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Essa separação é peculiar às sociedades de classes, mas cada momento histórico apresenta sua particularidade. No capitalismo, principalmente a partir da grande indústria, o trabalho manual e o trabalho intelectual não serão mais desempenhados pelo mesmo trabalhador. De um lado, estão os trabalhadores que apenas executam o trabalho (sendo em sua maioria atividades simplificadas, fragmentadas, realizadas de forma repetitiva, as quais contribuem para o desgaste contínuo do trabalhador) e de outro, trabalhadores que atuam na gerência e no planejamento, por exemplo. Nesse contexto, o trabalho não representa a realização e a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador, servindo apenas como trabalho explorado pela classe dominante, provocando a necessidade de um controle e a modernização da conseqüente divisão entre trabalho manual e intelectual. Esse “passa a ser a direção e o controle que se impõe do exterior do trabalho sobre os trabalhadores” (LESSA, 2011, p. 156), fundamental para o processo de extração da mais-valia. Sobre a atividade controle, Marx (1983, p. 263-264, grifo do autor) diz que:

Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie

particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigente, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-maîtres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva.

Essa espécie particular de trabalhadores assalariados passa a exercer a função controle sobre os trabalhadores manuais, que expressa a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para explicitar a distinção entre o trabalho manual e o intelectual, Marx (1985, p. 105) afirma que:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos.

As condições históricas da sociedade burguesa madura, a partir de uma dada divisão do trabalho, separam como inimigos o trabalho manual do intelectual e da formação do trabalhador coletivo, composto por um conjunto de trabalhadores que enquanto totalidade exerce a função de transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência, ou seja, são trabalhadores manuais que modificam diretamente a natureza. Assim, afirmamos que o trabalho intelectual no processo produtivo cumpre a função de controle e não participa do trabalhador coletivo, sendo, portanto, um trabalho improdutivo. Pois, para que essa forma de cooperação entre os trabalhadores seja possível é necessária a ação de controle sobre esses trabalhadores, exercida pelo trabalho intelectual/ improdutivo.

Na manufatura⁴, a divisão entre trabalho manual e intelectual encontra-se num estágio inicial, mas a introdução dos supervisores no processo da

⁴ A manufatura expressa a primeira forma clássica da divisão do trabalho capitalista, de base cooperada, destituindo parcialmente do trabalhador o domínio da atividade produtiva. Seja reunindo os trabalhadores num mesmo local ou optando pela produção dispersa, o controle do trabalho é realizado pelo capitalista com o intuito de aumentar a produção num tempo mais

produção capitalista evidencia o domínio do trabalho intelectual/ improdutivo sobre os trabalhadores que exercem atividades manuais, num intuito de aumentar a exploração, possibilitando maior expansão e crescimento do capital. Com o impulso advindo da produção manufatureira e a introdução da maquinaria na grande indústria, amplia-se a separação entre trabalho manual e intelectual, provocando a complexificação da função controle do trabalho improdutivo.

Assim, a partir da grande indústria ocorre o aprofundamento da divisão do trabalho e as funções de supervisão e gerência ganham mais evidência, ampliando o conjunto dos trabalhadores improdutivos que exercem o controle. Além dos supervisores, há os engenheiros e mecânicos que participam do planejamento de equipamentos capazes de extrair mais sobretrabalho, gerando maior produtividade para o capital. Esses trabalhadores intelectuais/improdutivos se diferenciam dos trabalhadores manuais na função social que exercem. Os trabalhadores intelectuais cumprem a função de colaborar com o capitalista na medida em que potencializa a exploração dos trabalhadores manuais, autovalorizando o capital. Vejamos a questão mais de perto.

Com a produção mecanizada, o operário que cumpre a função social de transformar o objeto vai contar com a colaboração de outros trabalhadores e são esses que se encaixam no grupo dos que estão “mais perto ou mais longe do objeto de trabalho”, que também são trabalhadores produtivos. Dessa forma, Marx (1985, p. 42) destaca:

A distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho).

E complementa:

curto. Logo, a ação do trabalhador ficará limitada a uma mesma atividade, realizada eficazmente e com mais habilidade. Esse período assinalado refere-se à subsunção formal do trabalho ao capital. Nessa dominação exercida o capital ainda não utilizava a maquinaria.

Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica (MARX, 1985, p. 42).

O primeiro aspecto relevante é a descrição dos trabalhadores que manipulam o objeto, ocupando-se diretamente com a máquina-ferramenta. Estes, portanto, são os responsáveis por converter a matéria. Outro grupo de trabalhadores tem por tarefa suprir, alimentar e vigiar a máquina-motriz. Logo, são esses que se encontram mais longe da manipulação do objeto, no interior do espaço físico da fábrica. Há também os ajudantes e os *feeders* cuja função principal é auxiliar os trabalhadores que manipulam o objeto, suprindo as máquinas-ferramentas com material de trabalho. Essa atividade é realizada com o intuito de não interromper a produção, pois esses ajudantes trazem para junto da máquina o objeto ou a matéria-prima a ser transformada. Todas essas atividades têm caráter produtivo, sejam mais próximas ou mais distantes do objeto a ser transformado, configurando o trabalho manual.

Merece destaque o último grupo de trabalhadores citado por Marx, cuja função não é contribuir com os trabalhadores manuais, mas de controlá-los. São os trabalhadores “externos ao círculo de operários de fábrica”, que mesmo mantendo um vínculo com a produção cumprem determinações e são contratados pelos capitalistas para extrair o máximo de sobretrabalho dos trabalhadores manuais. Esse trabalho intelectual assume uma dimensão improdutivo, na medida em que demonstra a contradição para com o trabalho produtivo/manual e a necessidade de um controle apropriado ao caráter explorador do capitalismo.

A partir da produção taylorista-fordista, marcada pela disciplina e rigidez imposta aos trabalhadores na fábrica, através da gerência científica, há a expansão do trabalho intelectual/ improdutivo. Por realizarem o controle do processo produtivo e dos trabalhadores inseridos diretamente na produção (os trabalhadores manuais), com o intuito de manter e expandir a acumulação

capitalista, o trabalho intelectual/ improdutivo torna-se indispensável para o sistema. Logo, é a partir do desenvolvimento do processo de trabalho na produção taylorista que a dissociação entre o trabalho manual e o intelectual se torna mais complexa. É, nesse contexto, que se amplia o trabalho intelectual/ improdutivo, materializado na função da gerência científica, que exerce a função de planejamento, gestão, concepção e de controle sobre os trabalhadores assalariados que executam as atividades manuais na produção. Emerge, portanto, uma gama de assalariados habilitados que vai participar do conjunto de atividades improdutivas na esfera industrial/ fabril. Isso decorre de duas situações: a necessidade do controle e de profissionais que planejem o processo de trabalho para aumentar a produtividade. Isso é possível pelo desenvolvimento científico⁵ alcançado, o que torna esse trabalho intelectual uma mediação indispensável para a realização do trabalho no capitalismo.

Na fase mais contemporânea, caracterizada pela crise estrutural do capital e pelo processo de reestruturação produtiva com a adoção do modelo flexível, o capitalismo passa a explorar mais a componente intelectual do trabalho. Essa exploração foi possível pela introdução das inovações tecnológicas nos processos produtivos, acarretando redução do trabalho vivo/ trabalho manual. Surgem, nessa direção, decorrente dos processos de terceirização, diversas atividades improdutivas para auxiliar a reprodução do capital. Além disso, velhas e novas formas de exploração voltam à tona, como o trabalho domiciliar e as pequenas empresas e tudo isso num contexto de intensa precarização do trabalho que atinge tanto os trabalhadores produtivos como os trabalhadores improdutivos. Assim, “[...] quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do ‘capitalismo avançado’, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não produtivos e

⁵ “A ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante - propriedade social a converter-se num auxiliar do capital. [...] A princípio a ciência nada custa ao capitalista, visto que ele tão-somente explora o conhecimento acumulado das ciências físicas, mas depois o capitalista organiza sistematicamente e ornamenta a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios etc. com o imenso excedente do produto social que ou pertence diretamente a ele ou que o capitalista dispõe como um domínio total na forma de rendas de tributos. Um esforço social relativamente livre é integrado na produção e no mercado” (BRAVERMAN, 1981, p.138).

parasitários”. Pela posição privilegiada que ocupam na “*estrutura de comando do capital*”, seja “como ‘capitães de indústria’ ou como guardiões políticos do Estado burguês” podem se elevar ao “*status de ‘criadores da riqueza’*” e se apropriar de uma porção do produto social para a qual não contribuem com nenhuma substância (MÉSZÁROS, 2011, p. 616, grifo do autor).

Logo, a própria exploração da componente intelectual do trabalho, ao determinar, por exemplo, o crescimento do ramo da informática, determinou a expansão dos serviços, composto por atividades improdutivoas fora do espaço fabril/ industrial, influenciado pela complexificação da divisão do trabalho e pelas necessidades do processo de acumulação.

A expansão e hipertrofia do setor de serviços/ terciário é uma característica que aparece primeiramente na fase dos “anos dourados” do capitalismo, mas ganha novos relevos na atualidade. Essa hipertrofia é um dos fenômenos típicos do capitalismo monopolista e do modo de produção capitalista em geral: “a tendência a *mercantilizar* todas as atividades humanas, submetendo-as à lógica do capital- com efeito, mediante os ‘serviços’, tomam caráter de mercadoria o trato de educação, da saúde, da cultura, do lazer e os cuidados pessoais (a enfermos, idosos, etc.)” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 202). Esse setor que abarca trabalhos improdutivoas é composto por inúmeras atividades, desde financeiras, publicitárias, a turísticas e de lazer, onde se encontram trabalhadores muito diferenciados entre si, tanto com nível universitário, como alguns sem nenhuma qualificação.

O setor serviços responde a uma determinação do desenvolvimento do capital, como os serviços diretamente relacionados à esfera da circulação, que imprimem maior velocidade ao processo de reprodução do capital. Além destes, há os serviços que exercem funções de controle político, social e ideológico sobre parte da classe trabalhadora, como os serviços realizados pelo Estado. Esses serviços não adicionam valor ao capital, representando custos, mas, auxiliam o desenvolvimento do capitalismo. Também na esfera dos serviços, podemos usar como exemplo os empregados domésticos, trabalhadores improdutivoas cujo trabalho é pago por renda.

Marx (1988) destaca a atividade do trabalhador do comércio. Primeiramente, esse é definido como trabalhador comercial pela não propriedade dos meios de produção. Sua força de trabalho é empregada na realização da mais-valia gerada no processo produtivo. A atividade desses trabalhadores improdutivos na esfera da circulação não produz diretamente valor, mas permite valorização através da apropriação do lucro. Vejamos a análise da função social do trabalhador improdutivo comercial:

O trabalhador comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto por seus custos de produção, enquanto o exército dessa força de trabalho enquanto tensão, dispêndio de força e desgaste, como no caso de qualquer outro trabalhador assalariado, não é de modo algum limitado pelo valor de sua força de trabalho. Seu salário não guarda portanto nenhuma relação necessária com a massa do lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que lhe rende são grandezas diferentes. Rende-lhe não por produzir diretamente mais-valia, mas ao ajudá-lo a diminuir os custos de realização de mais-valia, à medida que ele executa trabalho em parte não pago (MARX, 1988, p. 214).

É o desenvolvimento do capitalismo que torna mais lucrativo ao industrial ceder a venda de seus produtos aos comerciantes do que ele próprio vendê-los. Como a mercadoria é vendida pelo seu valor, o comércio apenas se encarregara da sua venda se uma parte de mais-valia produzida na indústria for a ele transferido. “Para tanto, o comerciante compra do industrial por oito unidades uma mercadoria cujo valor é, digamos, 10 unidades. Ao vendê-la, em seguida, por 10, se apropria de duas unidades que correspondem à mais-valia expropriada do trabalho proletário pelo industrial e transferida ao comerciante” (LESSA, 2008, p. 451). Isso ocorre também com o pagamento de juros aos bancos. Esses trabalhadores, portanto, não produzem mais-valia.

A ampliação dessas atividades improdutivas evidencia que, nessas condições, a utilidade está igualada à antinecessidade. “Ao mesmo tempo, os constituintes improdutivos e parasitários do sistema podem atuar sem controle, na ausência de todo e qualquer padrão objetivo para avaliar a contribuição ou não contribuição de tais constituintes à produção da riqueza social” (MÉSZÁROS, 2011, p.616). O funcionamento das constituintes produtivas

torna-se ainda mais dependente do crescimento dos setores parasitários, pois estes exercem atividades que auxiliam a produção.

4. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: uma coexistência necessária

Como já destacado, a finalidade basilar da produção capitalista é a mais-valia, por isso, trabalho improdutivo tem sua expansão e função social determinada pelo trabalho produtivo, núcleo central e essencial para a produção do capital. Portanto, o trabalho improdutivo possui um intrínseco limite quanto a sua participação na formação do valor, pois esse trabalho em nada acrescenta a produção do valor, bem ao contrário, na maioria das situações representa custos a produção. Entretanto, a produção capitalista não pode prescindir do trabalho improdutivo.

Como a produção capitalista não tem como objetivo atender às reais necessidades do produtor ou do conjunto da sociedade, mas aos interesses particulares dos que possuem meios de produção, é preciso que haja o controle sobre os trabalhadores manuais. Esse controle é realizado pelo trabalhador intelectual/ improdutivo. Conforme salientado, esses trabalhadores representam a personificação/dominação do capital sobre o trabalho.

Esses trabalhadores improdutivos são aqueles que dentro das fábricas, indústrias exercem as atividades relacionadas ao controle e vigilância dos outros trabalhadores, são os engenheiros, os executivos, os administradores, supervisores, ou seja, aqueles que planejam, supervisionam, concebem o que será produzido e exercem de forma despótica o domínio do capital sobre o trabalho, ainda que mascarado pela gestão participativa do trabalho, implementada pelo modelo flexível no contexto contemporâneo. É inegável a presença dos trabalhadores improdutivos no âmbito da produção. Esses trabalhadores improdutivos encarregados das funções de vigilância, supervisão

e controle dos operários impõem cotidianamente na produção o domínio, a hierarquia do capital sobre o trabalho.

Mesmo exercendo uma função social diferente da do trabalhador produtivo, os trabalhadores improdutivos compartilham a condição de assalariamento⁶ com os trabalhadores produtivos, sendo, portanto também explorados pelo capital. O salário de qualquer trabalhador, seja produtivo ou improdutivo, constitui-se em decorrência do valor da força de trabalho. Assim como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é constituído da soma dos valores de uso necessários à subsistência, manutenção e perpetuação do trabalhador em determinada condição. Além disso, como praticamente toda a produção de valores de uso se realiza sob o domínio do capital, o trabalho produtivo é a atividade que gera todo o capital e suas formas de valorização. Assim, o resultado do trabalho produtivo é também substância do salário do trabalhador improdutivo. O salário do trabalhador improdutivo se constitui de uma parcela do valor excedente gerado pelo trabalhador produtivo.

Essa condição não anula o fato do trabalhador improdutivo partilhar a condição de assalariamento com todos os outros trabalhadores. Ele é obrigado a vender como mercadoria a sua força de trabalho em troca de um salário e quanto menor for o salário maior será o lucro do empresário que os emprega. Esse lucro tanto pode ser gerado da apropriação direta da mais-valia pelo capitalista dos trabalhadores produtivos ou pela redução dos custos da produção. No caso dos funcionários públicos, seus salários são pagos com renda, através dos impostos, oriundo das deduções de renda individual ou dos rendimentos do capital.

⁶ Nesse sentido, os trabalhadores são unificados pela condição de assalariamento, pertencendo à classe que vende sua força de trabalho por não ser proprietária dos meios de produção. O fato de todos serem assalariados não significa que exercem a mesma função social. O proletário é aquele que produz a riqueza material, através do seu trabalho, dota a sociedade de uma nova riqueza, e isso o distingue dos demais trabalhadores e por isso a sua condição de assalariado condiciona o assalariamento dos outros trabalhadores. No capitalismo, essa nova riqueza é a base para a produção da mais-valia. Logo, dentre esses trabalhadores há os que produzem mais-valia e os que não a produzem, ambos funcionais a manutenção/ reprodução do capitalismo.

Marx exemplifica e explica porque o trabalhador improdutivo é explorado pelo capital. Em relação ao trabalhador do comércio afirma:

De um lado, tal trabalhador comercial é um trabalhador assalariado como qualquer outro. Primeiro, à medida que o trabalho é comprado com o capital variável do comerciante e não com o dinheiro gasto como rendimento, sendo, portanto, somente comprado não para o serviço privado, mas para fins de autovalorização do capital adiantado nisso. Segundo, à medida que o valor de sua força de trabalho, e portanto de seu salário, é determinado, como no caso dos demais trabalhadores assalariados, pelos custos de produção e de reprodução de sua força de trabalho específica, não pelo produto de seu trabalho (MARX, 1988, p. 209).

Além disso, a esfera da circulação mostrou ainda mais funcional ao capital quando esse conseguiu fragmentar e terceirizar as relações de trabalho nessa esfera.

O indivíduo, por exemplo, que sem nenhum vínculo empregatício torna-se vendedor de determinadas mercadorias para um capitalista que ele ignora quem seja, certamente engendrará entre os dois algo mais que a simples distância de classe. A relação do trabalho com o capital se opera através da marca do produto comercializado, algumas vezes fabricado em outro país, sem que o trabalhador tenha a menor noção de quem é a figura que personifica o outro pólo da relação. Mas essa distância entre indivíduos não elimina a integração subordinada do trabalho ao processo de reprodução capitalista, porque cada uma das vendas realizadas, por menor que seja, contribui para que, mais rapidamente, o capital cumpra o seu ciclo (TAVARES, 2004, p.143).

Sendo assim, as atividades comerciais compõem o processo de reprodução do capital e existem somente ao lado do trabalho produtivo. Fica explícito que entre o trabalho produtivo e o improdutivo se estabelece uma coexistência necessária, ou seja, “[...] duas formas que se complementam, a primeira na esfera da produção, e a segunda na esfera da circulação”. Juntas, constituem o processo de reprodução do capital, num movimento que precisa ser permanente e contínuo. Apenas a produção de mais-valia não seria suficiente para o capital, por isso é necessário sua realização no mercado. “A fórmula geral Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D’), que garante a valorização do capital, é um movimento que deve ser incessantemente renovado. Quanto maior for a velocidade do processo, maior a produtividade do capital [...]” (TAVARES, 2004, p. 99).

Logo, a exploração do trabalhador pela sua condição de assalariamento atinge tantos os trabalhadores produtivos como os improdutivo. O assalariamento do trabalhador produtivo tem uma relação direta com a mais-valia, pois este serve para ocultar o processo de produção desta durante parte da jornada de trabalho que não é paga ao trabalhador. Já para o trabalhador improdutivo, que não produz mais-valia e não há uma relação direta entre salário e mais-valia, o assalariamento é “eficiente para manter o trabalhador sob controle e regular o valor da força de trabalho, conservando-o livre dos meios de produção e de subsistência, que para o capitalista ‘caiu como uma luva’ poder contar com um sistema que mantém toda e qualquer espécie de trabalhador sob tal domínio” (SILVA, 2011, p. 94). O trabalhador improdutivo é um trabalhador assalariado que contribui fundamentalmente para garantir o bom funcionamento do sistema, mesmo sem produzir mais-valia.

Os trabalhadores improdutivo compartilham a condição de assalariados e implicam custos ao capital. Isto significa que o capitalismo para se reproduzir continuamente necessita de trabalhadores que não produzem mais-valia, mesmo sendo pela mais-valia que o capital se valoriza. Por ser um sistema perdulário em sua essência, o capitalismo:

[...] precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho que é um gigantesco desperdício: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso das ações dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa vai se desenvolvendo em um enorme mecanismo de controle da sociedade. Essa perdularidade é o que torna imprescindível a gênese, o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo. A perdularidade essencial ao sistema do capital torna o trabalho improdutivo indispensável à sua reprodução (LESSA, 2008, p. 447-448).

Mesmo sendo incontestável a funcionalidade do trabalho improdutivo à reprodução do capital, especialmente daqueles trabalhadores cuja função é controlar parte da classe trabalhadora, dentro ou fora do espaço fabril/industrial, a produção capitalista só é possível pela mediação da mais-valia, cuja produção advém do trabalho produtivo. A subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca é o traço essencial e determinante de toda a história do capitalismo. Desse modo, todo o crescimento e expansão

das atividades improdutivas e, por conseguinte dos trabalhadores improdutivos está subordinado ao trabalho produtivo.

Nessa lógica, a generalização do trabalho improdutivo pela transmutação de empregos em serviços ou pela própria necessidade do capital torna-se uma simples tentativa de negar a mais-valia. Essa generalização apenas ressalta a sua necessária coexistência com o trabalho produtivo. Sendo o trabalho produtivo nuclear e central para a produção do capital, negá-lo significaria a negação do próprio sistema. Além disso, o aumento dos trabalhadores improdutivos implica maior exploração do trabalho produtivo, pois os trabalhadores improdutivos subsistem da redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo. Decerto, o processo de reprodução do capital requer ambos os trabalhos - produtivo e improdutivo -, cada um cumprindo sua função particular, num processo contínuo e ininterrupto, “porque a mais-valia gerada na produção precisa ser rapidamente transformada em dinheiro para novamente retornar à produção. Visto por essa ótica, produtivo e improdutivo compõem uma unidade” (TAVARES, 2004, p.107). Disso resulta, que o aumento da produtividade do capital torna a improdutividade necessária e mais funcional, apesar desta representar, de imediato, custos e consumo, considerando as mediações existentes, a mais-valia produzida.

5. CONCLUSÃO

O trabalho produtivo e o trabalho improdutivo são expressões do trabalho abstrato, conforme visto. A generalização do trabalho improdutivo evidencia a sua necessária coexistência com o trabalho produtivo. O trabalho improdutivo/intelectual se expressa ao longo do desenvolvimento capitalista, assumindo formas e funções peculiares, como a função de controle que se realiza consoante às determinações mais internas do sistema capitalista. Destacamos que quanto mais profunda a dissociação entre o trabalho manual

e o trabalho intelectual, mais se amplia e se expande as atividades de natureza improdutivo. Esse aumento também implica maior exploração do trabalho produtivo, na medida em que os trabalhadores improdutivos subsistem da redistribuição dos rendimentos criados pelo trabalho produtivo. No entanto, o trabalhador improdutivo é também explorado pelo capitalismo, ele vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário e quanto menor seu salário maior os lucros para o capitalista que os emprega. Reafirmamos, por fim, que a hipertrofia e crescimento dos trabalhos improdutivos responde as determinações próprias do desenvolvimento capitalista.

6. REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LESSA, Sérgio. Trabalho produtivo e improdutivo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 445-453.

_____. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1. (Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural. 1988. t. 1.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural. 1985. t. 2. (Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro segundo. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988. T. 1. (Os Economistas).

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1969.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Jaqueline Lima da. **O Assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços**: fundamentos para compreender a condição de assalariamento. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.